

CONTRATO CEDAE N.º 114/2018 (DF)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS - EIRELI**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE** e a **VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS - EIRELI**, sediada na Rua São João Batista, nº 644, Centro, São João de Meriti – RJ, CEP: 25.525-520, inscrita no CNPJ sob o nº 05.769.219/0001-73, neste ato por meio de seu titular ao final assinado, Sr. MARCELO NASCIMENTO ANDRADE, portador da Identidade nº 209702 MTRJ, inscrito no CPF sob n. 102.642.907-20, residente e domiciliado na Rua São João Batista, nº 644, Centro, São João de Meriti, CEP: 25.525-520, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE; LOTE III: SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE E RECEPCIONISTAS – MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E LOTE IV: SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE – DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"** com fundamento no **Processo Administrativo nº E-17/100.379/2016**, mediante **Pregão Eletrônico nº 063/2016 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **"GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE; LOTE III: SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE E RECEPCIONISTAS – MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E LOTE IV: SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE – DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº 063/2016, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.



Assistência Especial de Contratos da ASL-DP
AJC-2

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da CEDAE: realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato.; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE.

Parágrafo Segundo - A CEDAE, face ao parágrafo 2º do artigo 71 da lei nº 8.666/93 alterada pelo Art. 4º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95, exigirá da CONTRATADA, quando da quitação da fatura ou nota fiscal da etapa da prestação dos serviços, cópia autenticada da guia de recolhimento dos encargos previdenciários - GRPS quitada, comprovante do depósito do FGTS e respectiva folha de pagamento dos serviços realizados na etapa faturada.

Parágrafo Terceiro - Para efeito da cláusula anterior, a CONTRATADA deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95.

Parágrafo Quarto - Será obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deverá prestar sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;



Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Nono - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

Parágrafo Décimo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Décimo Primeiro - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

Parágrafo Décimo Segundo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo nono da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

Parágrafo Décimo Terceiro - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Nono, da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

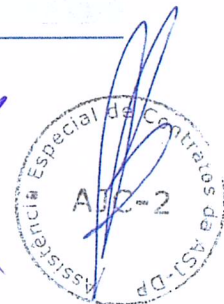
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 339039-23
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110309
Centro de Custos: DF00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000559

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 17.389.374,72 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo.

LOTE III

VIGIAS – MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Quantidade de Postos 12 X 36		Valor Posto	Valor Mensal	Valor Total
Diurno 7H às 19H	21	R\$ 6.971,92	R\$ 146.410,32	R\$ 3.513.847,68
Noturno 19 H às 07 H	29	R\$ 7.936,22	R\$ 230.150,38	R\$ 5.523.609,12
TOTAIS	50			R\$ 9.037.456,80

RECEPCIONISTA I

Descrição do Posto	Valor Unitário	Quant.	Valor Mensal	Valor 180 dias
Recepcionista I	R\$ 3.896,13	6	R\$ 23.376,78	R\$ 561.042,72
TOTAL				R\$ 561.042,72

TOTAL LOTE III

DESCRIÇÃO POSTO	VALOR TOTAL 24 MESES
VIGIA	R\$ 9.037.456,80
RECEPCIONISTA	R\$ 561.042,72
TOTAL GERAL	R\$ 9.598.499,52

*Planilha com custos unitários às fls. 3436 a 3438 do processo administrativo E-17/100.379/2016 (volume 012)

LOTE IV

VIGIAS – DEMAIS MUNICÍPIOS

Quantidade de Postos 12 X 36		Valor Posto	Valor Mensal	Valor 24 Meses
Diurno 7H às 19H	15	R\$ 6.604,76	R\$ 99.071,40	R\$ 2.377.713,60
Noturno 19 H às 07 H	30	R\$ 7.518,28	R\$ 225.548,40	R\$ 5.413.161,60
TOTAIS	45			R\$ 7.790.875,20

*Planilha com custos unitários às fls. 3442 a 3443 processo administrativo E-17/100.379/2016 (volume 012)

TOTAL GERAL

LOTE III	R\$ 9.598.499,52
LOTE IV	R\$ 7.790.875,20
TOTAL GERAL	R\$ 17.389.374,72



Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros, materiais, equipamentos, adicional por trabalho noturno, fardamento, despesas com vales transportes, tíquetes refeição, seguro de vida, assistência médica, treinamentos e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

a) Caberá à CONTRATADA, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

b) A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

c) Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

d) É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

e) Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

Parágrafo Terceiro- Quanto ao preço dos demais insumos, somente será analisada a concessão de seu reajustamento, caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - I_o}{I_o} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento
Io = ÍNPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- a) Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.
- b) O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.
- c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.
- d) Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

Parágrafo Quarto - As partes convencionam que o prazo decadencial para a CONTRATADA solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na CEDAE, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

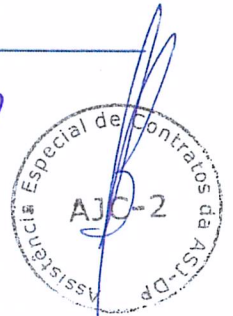
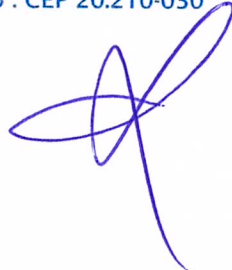
O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro - O representante da CEDAE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.



Parágrafo Quarto - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão ou sub-rogação ou subcontratação dos serviços.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à CEDAE, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a CONTRATADA de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CEDAE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, as seguintes comprovações:

- a) Pagamento das verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento;
- b) Pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;

- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

Parágrafo Quarto - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos Parágrafos Terceiro e Quarto ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Sexto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sétimo - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela CONTRATADA no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo IX do Edital de licitação.

Parágrafo único: No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência do Banco Bradesco S/A ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa do Banco Bradesco S/A, abrir ou manter conta corrente nesta instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma ao art. 90, § 3º, da Lei 287/79.

Parágrafo Segundo Os pagamentos serão efetuados sobre os serviços efetivamente executados, cujas medições deverão estar devidamente acompanhadas das respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e

trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

Alínea a - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o Parágrafo Nono, da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação de comprovante de recolhimento mensal ao FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato, previstos no Parágrafo Terceiro da cláusula oitava desta Minuta de Contrato.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Segundo, Terceiro e Quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a subcontratação parcial ou total dos serviços constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da CONTRATADA para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

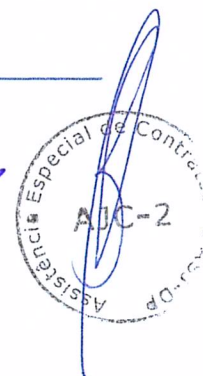
Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta E;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.



- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

Parágrafo Sexto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo da cláusula oitava..

Parágrafo Sétimo - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

- a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Oitavo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Nono - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Décimo - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo Primeiro - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Segundo - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Terceiro - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Quarto - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quinto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CEDAE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela CONTRATADA, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



A garantia correspondente a 2 % (dois por cento) do valor contratual, será efetuada pela CONTRATADA na forma de seguro garantia e ficará depositada na tesouraria da CEDAE, sendo liberada ou restituída após a execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - Sempre que se fizer necessário, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 2% (um por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

Parágrafo Terceiro - A garantia poderá ser substituída, em qualquer tempo - faculdade da CONTRATADA - por moeda corrente nacional, e/ou por carta de fiança bancária, e/ou por seguro - garantia (conforme modelos CEDAE devidamente acompanhados da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP e da Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB); e/ou por Títulos da Dívida Pública, pelo seu valor nominal, não onerado com Cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade ou intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. Será obrigatório o reconhecimento das firmas dos signatários, exceto quando cancelados mecanicamente, dos seguintes documentos: carta de fiança bancária, apólice do seguro garantia e carta SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, em se tratando de garantias por títulos.

Parágrafo Quarto - A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da CEDAE, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA e após a aceitação definitiva da obra ou serviços pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quinto - A garantia será devolvida à CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da emissão, pelo administrador do contrato, do documento de Aceite Definitivo dos serviços, por solicitação escrita da CONTRATADA, se não houver nenhuma obrigação civil ou criminal desta, relativa a este contrato, que venha a impedir o seu encerramento.

Parágrafo Sexto - A CEDAE poderá descontar da garantia contratual, as importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA por força deste termo de contrato, devendo esta repor o respectivo valor no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento de notificação nesse sentido.

Parágrafo Sétimo - A garantia contratual será executada na ocorrência de evento danoso relativo à inexecução contratual, de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A CONTRATADA indica como responsável pelos serviços, ora contratados o Sr. MARCELO NASCIMENTO ANDRADE, Identidade Nº 209702 MTRJ, que fica autorizado a representá-la, perante a CEDAE, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da CEDAE, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 063/2016 - ASL-DP (Processo E-17/100.379/2016) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

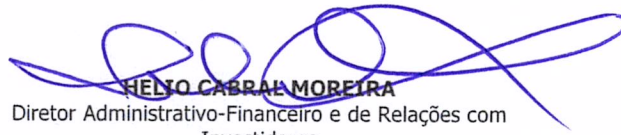
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 30 de Agosto de 2018.

Pela CEDAE:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela CONTRATADA:

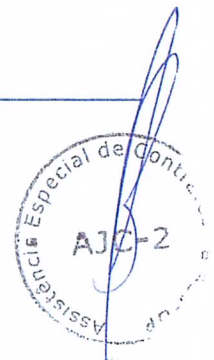

MARCELO NASCIMENTO ANDRADE
Titular

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-VERDE-GESTÃO-gestão-de-serviços-de-proteção-PE-063-2016-VB



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



ANEXO

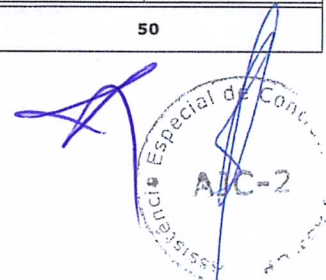
PLANILHA DOS POSTOS DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

PERÍODO: 24 meses

LOTE III - VIGIA E RECEPCIONISTA - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

VIGIA					
I T E M	SERVIÇO DESARMADO		NÚMERO DE POSTOS		
	LOCAL	ENDEREÇO	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 07 H ÀS 19 H SEG A SEX	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 07 H ÀS 19 H	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 19 H ÀS 07 H
1	G.1 / G2	R. EQUADOR Nº 76 / S. CRISTO		1	1
2	GOM -2.1 - EQUIPAMENTOS	AV. MERITI, 18 - JURAMENTO		1	1
3	GOM-4 - MENDANHA	ALMOX. ESTR. DO MENDANHA, 2.056		1	1
4	ALMOXARIFADO DO RIACHUELO	R. FILGUEIRA LIMA, 52			1
5	ASU-DF	R. BELA, 1292 - SÃO CRISTÓVÃO		1	
6	GOM-4	R. ALECRIM, 1085			1
7	RESERVATÓRIO DO JURAMENTO	R. ALECRIM, 1085			1
8	GOM-4	ESTR DO MENDANHA, 3109		1	1
9	BOOSTER	ESTR. JAPORÉ, S/Nº - JARDIM SULACAP		1	1
10	ELEVATÓRIA BOTAFOGO	AV. REP. N.MOREIRA, 76			1
11	RESERVATORIO DO CIGANO	AV. MENEZES CORTES		1	
12	GERÊNCIA CENTRO - GCEN	R. AMOROSO LIMA, 23 - CENTRO			1
13	STE-2.1 - SGE-3.2	R. MAL. BEVILÁQUA, 159 - TAQ		1	1
14	DISTRITO DE ÁGUA - DSUL	R. RODR. OTÁVIO, 166 - GAVEA		1	1
15	DEMEI	RUA FREI PINTO, 93 - ROCHA			1
16	DIVISÃO DE ESGOTO - 4.º DAE	R. JOSÉ BONIFÁCIO, 528 - MEIER		1	1
17	DILH-1	ESTR. DO GALEÃO, 1700 - I. GOVERNADOR			1
18	GERÊNCIA - GRLO	ESTR. DA COVANCA, 132 - JACAREPAGUÁ		1	1
19	DDEO-1 - GRN	RUA JOÃO VICENTE, 2231 - DEODORO			1
20	DCAM - GRO	RUA. DR. AUGUSTO VASCONCELOS			1
21	DSAN-1	R. PINDARÉ Nº151 - SANTA CRUZ		1	1
22	DBRJ-1	R. HENRIQUETA Nº107 - TANQUE		1	1
23	DCAS	ESTR. INTENDENTE MAGALHÃES, 504			1
24	ASU-GER	R. DE SANTANA, 235		1	1
25	GOM-5	R. CAPITÃO FÉLIX, 426		1	1
26	PRÉDIO	RUA MENA BARRETO - BOTAFOGO		1	1
27	PRÉDIO	RUA FELIPE CAMARÃO		1	1
28	PENINSULA I	AV VIA PARQUE S/N BARRA DA TIJUCA		1	1
29	ESTAÇÃO CURICICA	RUA CASTOR, S/N, ESQUINA COM RUA FLOREAL		1	1
30	RESERVATÓRIO DE BANGU	RUA EDGAR LIMA S/N - BANGU		1	1
31	RESERVATÓRIO DO OUTEIRO	AV. ABELARDO BUEN C/ SALVADOR ALLENDE		1	1
			TOTAL		
			0	21	29
			TOTAL DE POSTOS		
			50		





Assistência Especial de Concursos
A/C-2

**PLANILHA DOS POSTOS DE SERVIÇO
DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL
PERÍODO: 24 meses**

**LOTE III - VIGIA E RECEPCIONISTA -
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

RECEPCIONISTA I

QUADRO RESUMO

LOTE III - LOCAL - AV PRESIDENTE VARGAS, N° 2655 - CENTRO - RIO DE JANEIRO	
CARGO	QUANTIDADE
RECEPCIONISTA I -	6
TOTAL	6

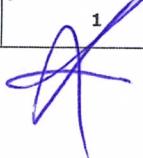
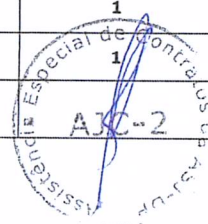
E 17 / 100379 / 16
04 AGO 2016
004020

PLANILHA DOS POSTOS DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

PERÍODO: 24 meses

LOTE IV - VIGIA - DEMAIS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

I T E M	VIGIA				
	SERVIÇO DESARMADO		NÚMERO DE POSTOS		
	LOCAL	ENDEREÇO	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 07 H ÀS 19 H SEG A SEX	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 07 H ÀS 19 H	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 19 H ÀS 07 H
1	GMP - CAPTAÇÃO DE A.DOS REIS	RUA PROFESSOR LIMA, 140 - CENTRO		1	1
2	GMP-SEDE GERÊNCIA	RUA CPT MANOEL TORRES, 283 - PIRAI			1
3	GNL-3.5-NÚCLEO ESCRITÓRIO	RUA COM DANTAS, 2 - SÃO FIDELIS			1
4	ALMOXARIFADO	PARQUE AEROPORTO - MACAÉ - ALM R. 26 S/N			1
5	SEDE GLN	AV. RUI BARBOSA Nº 870 CENTRO - MACAÉ			1
6	GNO - SEDE GERÊNCIA	R. STO ANTÔNIO Nº 359 - MIRACEMA			1
7	RESERVATÓRIO DO PRATA	ESTRADA V. MEDEIROS - TERESÓPOLIS		1	1
8	GSE - GERÊNCIA	AV FELICIANO SODRE, 848 - TERESÓPOLIS			1
9	GOM-4.3 COORD DE MANUTENÇÃO	AV. FLORIPEDES ROCHA, Nº42 - B.ROXO		1	1
10	RESERVATÓRIO LOTE XV	RUA.PAIVA DE BRITO-S/N B.ROXO		1	1
11	DBRO-2 DPTO.DE MANUT. E OPERAÇÃO	R. RETIRO DA IMPRENSA, Nº76 - B.ROXO			1
12	ETE ORQUÍDEAS	RUA. ANTONIO FARIAS-S/N-B.ROXO		1	1
13	ELEV. HELIÓPOLIS	AV. HELIÓPOLIS, SN-B.ROXO			1
14	ELEV. FINAL. ORQUÍDEA	R. MARQUESA, SN-B.ROXO			1
15	RESERV. BELFORD ROXO	ESTR DO BARRO V.BOA ESPERANÇA		1	1
16	ETE JOINVILLE	RUA ICARAÍ-JARDIM S BENTO - B ROXO		1	1
17	RESERV. EDEN	R. MARIA GAMA EDEN			1
18	SDO / 19º DAE	AV. EUCLIDES DA CUNHA, 470			1
19	DCAX-1	R. MANOEL TELLES, 237		1	1
20	DCAX-1.2-LOJA COMERCIAL E MANUT	ALMTE. HIPÓLITO DE CAMPOS, Nº221			1
21	LAGOA DE GRAMACHO	JARDIM GRAMACHO		1	1
22	DISP-1	ESTR. RJ 99 KM 18 ITAGUAI			1
23	SQU - Nº 16 - DAE	ESTR CARLOS DRUMOND DE CAMPOS 31 - QUEIMADOS			1
24	ASU-1.1 - G.4	TRAV. STO ANTÔNIO, S/N - CENTRO-NITEROI		1	1
25	CHÁCARA DO VINTEM	R ANDRADE PINTO, 643 - B. DE FÁTIMA-NITEROI		1	1



A3C-2

PLANILHA DOS POSTOS DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

PERÍODO: 24 meses

LOTE IV - VIGIA - DEMAIS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

VIGIA					
I T E M	SERVIÇO DESARMADO		NÚMERO DE POSTOS		
	LOCAL	ENDEREÇO	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 07 H ÀS 19 H SEG A SEX	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 07 H ÀS 19 H	TOTAL DE POSTOS 12 H DE 19 H ÀS 07 H
26	DMAG-1 DISTR DE MAGÉ	RUA.SIMÃO DA MOTA,663-MAGÉ		1	1
27	GIL-3.3 - ELEV DE IMUNANA	EST DO CONTORNO,KM-10-MAGÉ		1	1
28	GIL-3 BARRAGEM IMUNANA	EST.CONTORNO KM10,5-MAGÉ			1
29	GLE-GERÊNCIA E COMERCIAL	RUA.BARÃO DE INOÃ,S/N - MARICÁ		2	1
30	GRL-SEDE-S.GONÇALO	R.CEL.MOREIRA.CESAR,139-CENTRO-S.GONÇALO			1
31	DSGP 1E2 DISTR DE ÁGUA	R.CEL.MOREIRA.CESAR,157-CENTRO-S.GONÇALO			1
			TOTAL		
			0	15	30
			TOTAL DE POSTOS	45	

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP]

[Handwritten: A12-2]

LOTE III

VIGIAS

QUANTIDADE DE POSTOS 12 X 36		VALOR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
DIURNOS (7 às 19h)	21	R\$ 6.971,92	R\$ 146.410,32	R\$ 3.513.847,68
NOTURNO (19 às 7h)	29	R\$ 7.936,22	R\$ 230.150,38	R\$ 5.523.609,12
TOTAIS	50			R\$ 9.037.456,80

RECEPCIONISTAS

DESCRIÇÃO DO POSTO	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
RECEPCIONISTA I (7 às 13h)	R\$ 3.896,13	6	R\$ 23.376,78	R\$ 561.042,72
TOTAL GERAL		6	R\$ 23.376,78	R\$ 561.042,72

TOTAL LOTE III

DESCRIÇÃO DO POSTO	VALOR TOTAL 24 MESES
VIGIA	R\$ 9.037.456,80
RECEPCIONISTA	R\$ 561.042,72
TOTAL GERAL	R\$ 9.598.499,52

LOTE IV

VIGIAS

QUANTIDADE DE POSTOS 12 X 36		VALOR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
DIURNOS (7 às 19h)	15	R\$ 6.604,76	R\$ 99.071,40	R\$ 2.377.713,60
NOTURNO (19 às 7h)	30	R\$ 7.518,28	R\$ 225.548,40	R\$ 5.413.161,60
TOTAIS	45			R\$ 7.790.875,20

TOTAL LOTE IV

DESCRIÇÃO DO POSTO	VALOR 24 MESES
VIGIA	R\$ 7.790.875,20
TOTAL GERAL	R\$ 7.790.875,20

TOTAL LOTES III E IV

LOTES	VALOR 24 MESES
LOTE III	R\$ 9.598.499,52
LOTE IV	R\$ 7.790.875,20
TOTAL GERAL	R\$ 17.389.374,72

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DESPACHO DA GERENTE
DE 30.08.2018

PROCESSO Nº E-07/202.397/2007 - De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração de Tempo de Serviço para fim da Licença Prêmio da servidora IVANEIDE SEROUR, ID nº 2148023-0, Cargo Engenheira Sendo assim, a concessão de 06 (seis) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativos ao período base de 28/08/2008 a 26/08/2013 e 27/08/2013 a 25/08/2018.

PROCESSO Nº E-07/300805/1991 - De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração de Tempo de Serviço, para fim de Licença Prêmio do servidor ADAO DA SILVA QUINTES, ID nº 2690833-5, Cargo Ajudante Operacional. Sendo assim, autorizo a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativa ao período base de 25/03/2012 a 23/03/2017.

CONSELHO DIRETOR
DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR
DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-07/203.394/2003 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome da PICO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA para sistema de tratamento de esgoto sanitário com base no Parecer Técnico de Licença de Operação nº 26/2018 e, especialmente, na decisão do Conselho Diretor, em sua 443ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 15.08.2018, que informa que a empresa recebeu, da Prefeitura Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, a LMO nº02/2017 para operar a estação de tratamento e, ainda, nos demais elementos do processo nº E-07/203.394/2003.

Id: 2129715

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE PÓS LICENÇA
ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA DIPOS Nº 35 DE 21 DE AGOSTO DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO INEA Nº 01/2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR DE PÓS LICENÇA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no processo nº E-07/002.13258/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Criar Comissão para proceder ao acompanhamento e fiscalização da ordem de execução de serviço INEA nº 01/2018, firmado com a empresa AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA.

Art. 2º - Designar para a Supervisão do Contrato: LUANA DE JESUS MENDES DOS REIS, ID Funcional nº 4364573-9; ANDREA SEDA DA SILVEIRA BRAZ PINTO, ID Funcional nº 2150769-4; CLAUDIO MONTEIRO DE ARAUJO, ID Funcional nº 2150815-1, para a fiscalização do Contrato e ROSALVO MORAES DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 2150757-0, como Suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2018

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR
Diretor de Pós Licença

Id: 2129716

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CORREGEDORIA
RETIFICAÇÃO

D.O. DE 28.08.2018

PÁGINA 25 - 1ª COLUNA

ATO DO CORREGEDOR

DE 24.08.2018

MARCELO CEOLIN VICTOR DE SOUZA

Onde se lê: "Processo nº E-07/002.101138/2018. Leia-se: "...Processo nº E-07/002.30771/A/2018.

Id: 2129717

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 24/04/2018

Designa EDILSON MEDEIROS DE SOUZA, Chefe de Departamento, como Presidente; SEBASTIAO PUELL, Assessor de Segurança Patrimonial e CID FERNANDES FILHO, Assessor de Departamento, como membros titulares e GILSON DAS GRACAS PINTO, Chefe de Departamento, como membro suplente. Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos e ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, DIVIDIDOS EM LOTES I, II, III E IV", de que trata o Processo nº E-17/100.379/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.114/2018.

Id: 2129749

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 30/07/2018

DESIGNA LUIZ GUSTAVO POSSAS, Agente Administrativo F, como Presidente, MARIO ROBERTO BARCELLOS, Agente Administrativo F, DALTON GOMES GUIMARÃES, Analista de Sistemas D, como membros titulares e ALEXANDRE VALADÃO LOPES, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato RICARDO BRITO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo F e CLAUDIO RAVAGLIA CLINK, Analista de Sistemas C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "LOCAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA SUBSTITUIÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA DA CEDAE", de que trata o Processo nº E-17/100.206/2012, Ordem de Serviço "E" nº 15.202/2018.

Id: 2129484

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 29/08/2018

PROCESSO Nº E-17/100.615/2015 - Concorrência Nacional - CN 202/2017 - ASI, DP - Acato a decisão da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Não Engenharia pelo INDEFERIMENTO do recurso interposto pela Empresa VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI, mantendo o posicionamento inicial no sentido de DECLARAR vencedora da licitação a Empresa PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Id: 2129667

Secretaria de Estado de

Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 29.08.2018

PROCESSO Nº E-12/001.000763/2018 - RATIFICO, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, a cessão parcial da área do Parque de Exposição Raul Veiga, no Município de Cordeiro, área conhecida como "Campo de Monta FC", do qual o Estado do Rio de Janeiro é senhor e possuidor, para o Posto de Monta Futebol Clube.

Id: 2129762

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
DE 30.08.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100555/2018 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade de SHOPPING Nº 014/2018, do tipo Menor Preço Global por Lote, realizado em 16/08/18, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 9º, inc. V, do precatório Regulamentado, na forma que segue a seguir:

CONPLAN EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, para o Lote Único - Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra para Execução de Obra para a Construção de Galpão para Oficinas de Máquinas, no Município de Itaguaí, no valor de R\$ 559.306,36 (quinhentos e cinquenta e nove mil trezentos e seis reais e trinta e seis centavos).

Id: 2129419

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRAB Nº 870 DE 29 DE AGOSTO DE 2018

ATRIBUIR RESPONSABILIDADES PARA INSE- RIR E ENCAMINHAR DADOS AO TCE/RJ, POR MEIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL - SIGFIS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Complementar Estadual nº 63/90 e as Deliberações nºs 280 e 281/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - A inserção e envio de dados ao Sistema de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS, cujas normas gerais estão definidas na Deliberação TCE nº 281/2017, terão como responsáveis os titulares das seguintes áreas:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO/PREGÃO: Inserir dados relativos aos Editais de Licitação e alterações subsequentes, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - CCC: Inserir dados relativos aos Contratos/Termos Aditivos e Convênios, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - APG: Inserir dados relativos às Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, e informações relativas ao fundamento legal do orçamento, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

ASSESSORIA DE CONTABILIDADE - ASCONT: Inserir informações relativas à aprovação de adiantamento.

GERÊNCIA FINANCEIRA - GEFIN: Inserir dados relativos às concessões de diárias e adiantamentos.

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DGAF: Cadastrar usuários do Sistema e encaminhar os dados inseridos pelas Áreas responsáveis.

Art. 2º - Todos os responsáveis deverão cumprir os prazos para encaminhamento dos dados determinados na Deliberação TCE nº 281/2017.

Art. 3º - Havendo alterações nas referidas determinações, serão igualmente acompanhadas pelos setores pertinentes, dentro de suas atribuições.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018

MILTON RATTES DE AGUIAR

Secretário Estadual de Trabalho e Renda

Id: 2129648

RESOLUÇÃO SETRAB Nº 871 DE 29 DE AGOSTO DE 2018

ATRIBUIR RESPONSABILIDADES PARA ENCAMINHAR DOCUMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL - SIGFIS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Complementar Estadual nº 63/90 e as Deliberações TCE/RJ nºs 260/2013, nº 261/2014, nºs 278, 279, 280 e 281/2017, nºs 286 e 288/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - As remessas de dados e documentos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS, cujas normas gerais estão definidas na Deliberação TCE nº 261/2014, terão como responsáveis os titulares das seguintes áreas:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO/PREGÃO: Inserir dados e enviar atos relativos aos editais de licitação e alterações subsequentes, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

GERÊNCIA DE CURSOS HUMANOS - GRH: Inserir dados e enviar editais de concursos públicos, atos de admissões de pessoal e demais atos relativos às aposentadorias, reformas, transferências para a reserva remunerada pensões e fixações de proventos, em cumprimento às Deliberações nos 260/2013 e 286/2018.

ASSESSORIA DE CONTABILIDADE - ASCONT: Enviar documentos relativos às Prestações de Contas Anuais de Gestão, em cumprimento à Deliberação TCE nº 278/2017.

ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA - ASCI: Enviar documentos relativos às Tomadas de Contas, em cumprimento à Deliberação TCE nº 279/2017, e

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DGAF: Enviar documentos relativos aos cadastros dos responsáveis, em cumprimento à Deliberação nº 288/2018.

Art. 2º - Os responsáveis deverão cumprir os prazos, bem como deverão encaminhar os documentos determinados em cada Deliberação do TCE, sob sua responsabilidade.

Art. 3º - Havendo alteração nas referidas Determinações sob sua responsabilidade serão igualmente acompanhadas pelos setores pertinentes, dentro de suas atribuições.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018

MILTON RATTES DE AGUIAR

Secretário de Estado de Trabalho e Renda

Id: 2129649

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CHEFE

DE 21.08.2018

***PROC. Nº E-18/400.200/91**. AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 06 (seis) meses de Licença Prêmio, referente aos períodos base de 18/03/1982 a 17/03/1987 e 18/03/1987 a 17/03/1992, concedido e não usufruído pelo servidor EDGAR FREITAS DE SOUZA, Id. Funcional nº 28676335.

Id: 2129327

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e JuventudeDESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-30/001/609/2015 - O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Parágrafo Único, do art. 11, da Resolução SETE nº 048/2009 e fundamentado no Relatório e Parecer da Assessoria de Prestação de Contas nº 013/2018, **APROVA** a Prestação de Contas do Projeto mencionado abaixo:

PROTACINADOR: Rio de Janeiro Refrescos Ltda.
PROJETO: Campeonato Mundial de Surf Squash Prime.
PROponente: Associação Brasileira de Surf Profissional - ABRASP.
CNPJ: 31.886.401/0001-14.
VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 300.000,00.
VALOR APROVADO: R\$ 300.000,00.
PROCESSO INSTRUTIVO Nº E-30/001/159/2015.

Id: 2129528

CONSELHO ESTADUAL DO FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO

ATA DE REUNIÃO

Ata da reunião do GT - Grupo de Trabalho que organizará o ConfeutRJ, realizada por determinação do Secretário de Estado de Esportes e Juventude, Dr. José Ricardo Ferreira Brito, aos 13 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, sob a direção do Dr. Rafael Fernandes Lira, Presidente do Grupo de Trabalho e com a presença dos seguintes membros, Professora Marisa Pires, Dra. Julia Gelli, Professor Sebastião Lazzaroni e Sr. Sebastião Nayt Junior, a reunião iniciou-se às quinze horas, com os seguintes pontos de pauta: a) Apresentação dos Membros do Grupo de Trabalho; b) Apresentação das Diretrizes Para a Instalação e c) Deliberações Finais. Dando início aos trabalhos o Dr. Rafael Lira saudou a todos os presentes e fez uma breve explanação sobre os caminhos trilhados para se chegar até a esse momento. Em seguida pediu para que cada pessoa se apresentasse. Em seguida passou a apresentar as diretrizes para a instalação do ConfeutRJ, a partir das orientações do Secretário de Esportes. A saber: Elaborar a Minuta do Edital que apresentará o ConfeutRJ às instituições que, de acordo com o Art. 3º, do Capítulo II Da Composição e do Funcionamento, em seus números I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e, ainda o Parágrafo Primeiro do mesmo Artigo: 2- Enviar Ofício de Notificação da Promulgação da Lei Ordinária nº. 7.948 de 04 de maio de 2018, que institui o Conselho Estadual do Futebol Masculino e Feminino do Estado do Rio de Janeiro aos órgãos públicos que terão assento no Conselho, solicitando que, de acordo com o texto, os responsáveis por tais órgãos indiquem o titular e o Suplente que participará do ConfeutRJ; 3- Receber as propostas de participação no conselho, oriundas das entidades da Sociedade Civil, de acordo com o nº. II do Art. 3º do Capítulo II - Da Composição e do Funcionamento da Lei 7.948 de 04 de maio de 2018, sistematizadas-as e ordenando de modo a que possam ser analisadas pelo Secretário de Esportes, para posterior escolha e encaminhamento ao Governador do Estado para a publicação da nomeação do Colegiado do Conselho; 4- Buscar e escolher um local (espaço físico) aonde o conselho se instalará para o exercício de suas atividades; 5- Apresentar ao Secretário de Estado de Esportes a relação de móveis, utensílios e material necessário para que o Conselho Estadual do Futebol Masculino e Feminino do Estado do Rio de Janeiro possa executar as suas funções constantes na Lei, para que seja providenciada a sua disponibilização, de acordo com o Artigo 12 e Artigo 13 da Lei nº. 7.948 de 04 de maio de 2018; 6- Apresentar ao Secretário de Estado de Esportes a relação de pessoal, servidores da Secretaria de Esportes, necessários que, de acordo com o Art. 12 e Artigo 13 da Lei nº. 7.948 de 04 de maio de 2018, deverão ser disponibilizados ao ConfeutRJ. Após a apresentação detalhada das diretrizes o Doutor Rafael submeteu aos presentes o texto, para que pudessem opinar. Houve um consenso entre os presentes e as diretrizes foram aprovadas como apresentadas. O Professor Sebastião Lazzaroni perguntou quais seriam os critérios para o desamparo entre as instituições interessadas. O Presidente do Grupo de Trabalho, Dr. Rafael Lira, elaborou os seguintes pontos: Experiência, Qualificação, Notório Saber, Efetiva Atuação no Desenvolvimento do Futebol e o Tempo e Relevância como "sujeito" participante do Futebol, destacando como exemplo Jogador, treinador e outros setores ligados ao futebol. Sobre as credenciais, o ordenador solicitou que seja um dos temas da próxima reunião do "GT". A partir daí foram deliberadas as seguintes providências: I) Que seja elaborado o Edital que deverá ser publicado em Diário Oficial, com o objetivo de se dar publicidade a iniciativa de instalação do ConfeutRJ; II) Que se busque, junto a Ferj - Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, os contatos dos Clubes de Futebol e de outras instituições que tratem do tema, com destaque para as do interior, com vistas a que se possa informar da instalação do Conselho. Passando às deliberações o Presidente do Grupo de Trabalho solicitou que Nayt Junior elabore o texto do Edital; III) Que a Doutora Julia Gelli busque informações junto a Ferj sobre os clubes de futebol, federações e ligas do estado; IV) Que a Professora Marisa Pires busque junto à comissão de esportes do Cedim - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher as instituições femininas que mantenham a prática desportiva. Tendo sido esgotados os pontos da pauta proposta o Doutor Rafael Lira deu por encerrada a reunião, às dezessete e trinta e duas horas, lembrando que a próxima reunião será marcada e informada aos membros do Grupo de Trabalho, por meio do Aplicativo Digital WhatsApp. Eu Sebastião M. Nayt Junior, secretário geral, lavrei a presente Ata que vai por mim e pelo Presidente do Grupo de Trabalho assinada, após lida e aprovada pelos membros do GT - Grupo de Trabalho, Rafael Fernandes Lira - Presidente do Grupo de Trabalho e Sebastião M. Nayt Junior - Secretário Geral.

Id: 2129373

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 25/07/2018

PROCESSO Nº E-30/002/137/2018 - AUTORIZO, com base nas manifestações do presente administrativo, a despesa por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da PTXTEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, no valor de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de engenharia elétrica do Parque Aquático Júlio Delamare.

Id: 2129597

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e
Políticas para Mulheres e Idosos

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CEDCA/RJ Nº 63 DE 22 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO COM A FINALIDADE DE FORMULAR A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AOS HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RIO DE JANEIRO.

O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/RJ, órgão normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e formulador das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente do Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERANDO:

- os artigos 5 e 227, da Constituição Federal de 1988, ambos destacando o direito à vida;

INSTRUMENTO: II TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/115/2018.
PARTES: FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e SUELI SILVA DE MENDONÇA CRUZ. **OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA: A numeração do primeiro Termo Aditivo lavrado, datado de 25/06/2018, fica retificada, passando a ser de